

# **A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPRENSA REPUBLICANA BRASILEIRA (1930-1945)**

Khyara Gabrielly Mendes Fontanini (História - UEL)  
Prof. Dr. Alberto Gawryszewski (Orientador)

## **RESUMO**

O trabalho tem por objeto de estudo uma análise da representação imagética do Poder Judiciário na imprensa brasileira. Tal poder, assim como outros poderes da democracia, foi alvo de chargistas e caricaturistas em semanários e revistas nacionais. A análise refere-se aos anos de 1930 a 1945, período que abrange a "Revolução de 30", por meio da eleição de Getúlio Vargas em 1934, o Golpe de 1937 até sua deposição em 1945. Todavia, essa pesquisa faz parte de um projeto de iniciação científica maior, no qual se estudou um período antecessor, de 1889 a 1930, quando o recorte temporal apontou a deusa Themis como a principal representação imagética da "Justiça". Já no recorte deste artigo, há uma maior dificuldade em encontrar tal representação. A pesquisa fundamenta-se na importância da imagem como fonte histórica e na forma como o historiador vem lidando com essa nova fonte, além disso, o trabalho procura explorar os conceitos de charge e caricatura, sua importância, influência e finalidade. Como referenciais teóricos foram utilizados Burke e Gawryszewski.

Palavras-chave: Imagem; Justiça; Humor Gráfico.

## **INTRODUÇÃO**

A história é um discurso sobre o mundo, que tem como objeto o passado. Este discurso não coincide perfeitamente com aquilo que o passado foi, pois não procura por verdades exatas. No entanto, a investigação de fontes históricas com base em determinadas lentes ou metodologias, nos permite chegar um pouco mais próximos destas correspondências. O historiador tem ampliado suas formas de construir um discurso sobre o passado, através de novas fontes que não se encaixam em um quadro "tradicional" que analisa apenas registros oficiais, por isso busca um quadro mais extenso como o da utilização de imagens, da história oral e de uma ampla historiografia.

Neste artigo, o assunto sobre o passado está atrelado ao Poder Judiciário, buscando não como esse funcionava em sua forma operacional - seus agentes, processos e leis -, mas sim como era visto representativamente por meio de imagens (charges e caricaturas) nas revistas ilustradas e publicadas pela imprensa, no período de 1930 a 1945. Dentro desta perspectiva, coloca-se também uma discussão a respeito da prática teórica e metodológica sobre o uso da imagem como fonte de estudo para o historiador, com base nos pressupostos de Burke (2004).

As imagens foram coletadas em páginas de bibliotecas online. O historiador pode contar com esse material, pois os administradores destas bibliotecas, escaneam e disponibilizam os exemplares, ainda que parciais, em seus sites. Dessa forma, um acesso mais amplo a todo esse rico acervo deixado pela imprensa nos é proporcionado. Os dois principais periódicos aqui utilizados são "O Malho" e a "Careta", portanto



realizar-se-á uma breve descrição da existência e circulação de ambos, bem como de seus principais caricaturistas. Esses exímios profissionais, os caricaturistas, sempre esbanjaram criatividade e talento em seus trabalhos.

A criação de uma charge exige de seu autor o talento artístico de produzir um desenho que não seja grotesco, mas que aponte para algo que seja chave do seu entendimento. Exige um saber sobre o mundo e sobre o tempo, pois é preciso inteligência e sensibilidade para usar da ironia, de duplos sentidos e outros efeitos linguísticos que podem vir a causar o riso no leitor. E atenção - pode vir a causar o riso do leitor -, mas não necessariamente é a sua finalidade. A simples gargalhada, o sentido crítico e a ironia, entre outros efeitos, dependem da percepção que o leitor tem sobre o objeto. O leitor é contemporâneo ao objeto, ele tem certa visão sobre este. O historiador também o tem, no entanto ele possui o privilégio de ter uma visão retrospectiva sobre a fonte, ele não vive no seu tempo, contudo busca compreendê-la dentro do seu período de existência.

Os anos de 1930 a 1945 representam uma fase frágil de nossa democracia, que foi interrompida por uma ditadura de 8 anos liderada por Getúlio Vargas. Essa visão retrospectiva nos permite saber que durante este período foi criado um órgão do estado ditatorial, que regulava a ação da imprensa limitando seus conteúdos, reduzindo assim, as pinceladas dos caricaturistas.

Ao interrogar as fontes pesquisadas, procurou-se responder a algumas questões, tais como: No decorrer do tempo, a Justiça (Poder Judiciário) foi representada de que forma pelos periódicos? Há uma relação direta entre as imagens e os textos? A charge e a caricatura são realmente uma importante fonte histórica quando o tema é o "Poder Judiciário"? Estas indagações também foram feitas no período anterior, de 1889 a 1930, conhecido como Café-com-Leite. Neste período, há a predominância de oligarquias e destacou-se a figura da deusa Themis como representação imagética do sistema judiciário. Esta por sua vez, quase nunca aparecia de forma íntegra, estava sempre bêbada, prostituída, corrompida ou dissimulada.

## **1. IMAGEM, CHARGE E CARICATURA**

Peter Burke sinaliza que as imagens sofreram duas revoluções em suas produções, que vão além das técnicas de pinturas em quadros: o surgimento da imagem impressa e a imagem fotográfica. Sobre a imagem impressa, Burke se referia a métodos mais antiquados do que os que utilizamos hoje, por isso seu pensamento nos serve de embasamento teórico.

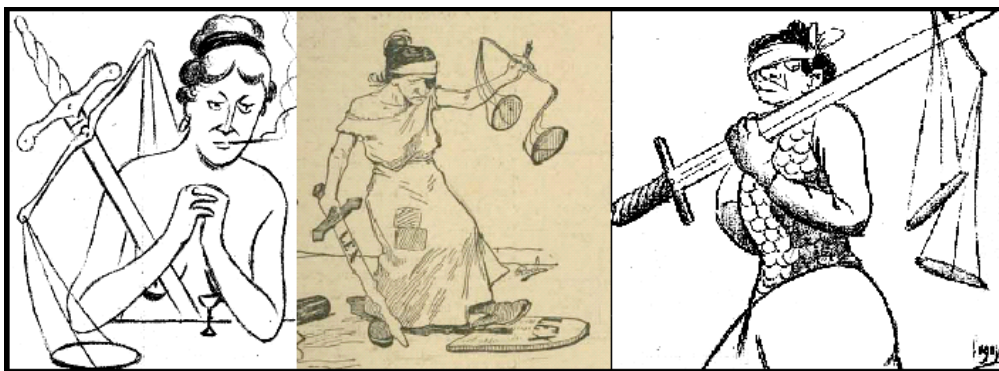
A evolução das formas de impressão da imprensa brasileira possibilitou o aparecimento de desenhos, fotografias e charges nas páginas das revistas. A imagem vem sendo utilizada pelos historiadores como uma evidência do passado, porém ainda necessita-se de mais aparatos metodológicos para a interrogarmos. Burke diz que existe uma diferença entre a iconografia e a iconologia na interpretação das imagens. A iconografia diz respeito aos significados naturais presentes nas imagens, os elementos que a compõem; já a iconologia põe em pauta o “significado intrínseco” das imagens: o que significam, o que podem dizer, qual sua ideia e contexto.



As imagens aqui analisadas não são sobre personagens fixos, pois não se trata de imagens de indivíduos e sim de imagens de ideias, ou seja, quais ideias sobre a "Justiça" traziam os caricaturistas.

Em resumo, as imagens nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida. (...) O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosas e política de culturas passadas. (BURKE, 2004, p. 17). [...] Conceitos abstratos têm sido representados através da personificação desde a época da Grécia antiga, senão antes. As figuras da Justiça, da Vitória e da Liberdade, etc. são usualmente femininas. (BURKE, 2004, p. 76).

No trabalho realizado anteriormente, cujo recorte vai de 1889 a 1930, nota-se que a principal figura representativa da "Justiça" era a deusa Themis, porém esta representação muda de figura principal quando passamos aos anos de 1930 a 1945.



**Figura 1** - Imagens da Themis, retiradas de charges já discutidas de 1889 a 1930.

Enfim, as imagens aqui utilizadas tratam de um material visual mais específico, podendo ser denominadas de humor gráfico, pois incluem uma gama de conceitos que ainda foram pouco mencionados pelos historiadores e até mesmo por especialistas de outras áreas.

Os principais elementos utilizados são a charge e a caricatura, fenômenos relativamente novos, que diferentemente da fotografia ou da pintura, podem trazer um sentido de representação de ideias muito maior. Com a charge é possível, por exemplo, transformar um humano em um animal ou dar corpo, abstratizar, uma instituição que fisicamente não existe como “A Política”, “O Estado”, “A Corrupção”, ou “A Justiça”.

Gawryszewski em seu artigo intitulado “Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma” produz uma discussão sobre como diferentes pesquisadores veem pensando a conceituação de charge e caricatura. Para os espanhóis, por exemplo, a charge estaria englobada dentro das diversas categorias que existem na caricatura, visto que não possuem uma palavra correspondente para a palavra “charge” em seu idioma. Também as definições da palavra caricatura através dos dicionários Michaelis, Aurélio, Enciclopédia Barsa e Dicionário de Comunicação trazem diferentes horizontes sobre o



assunto. Herman Lima, Luiz Guilherme Sodré Teixeira e Camilo Riani são pesquisadores brasileiros que também apresentaram diferentes perspectivas sobre o humor gráfico. Em suma, “como podemos verificar, com grande parte dos estudiosos do tema, o conceito de caricatura está longe de um consenso” (GAWRYSZEWSKI, 2008).

Contudo algumas preposições gerais são colocadas sobre o estudo do humor gráfico. Por exemplo, a necessidade ou não de trazer um aspecto cômico ou causar o riso, alguns teóricos concordam que a charge e a caricatura devem sim causar o riso ou a sátira, outros, porém acreditam que há uma relação intrínseca do leitor com a charge ou caricatura que causa ou não o riso, ficando o aspecto cômico delineado pelo leitor. Outra discussão diz respeito à presença da deformação ou do grotesco, é de costume que o desenho traga um tipo de exagero de traços específicos ou de acentuação de gestos, porém tal fato não é uma regra. O que, no geral, estabelece-se sobre as conceituações de charge e caricatura é que a primeira carrega os mesmo traços da segunda, porém com uma carga política e crítica mais arraigada, com elementos e momentos específicos.

São imagens que possuem uma intensa cumplicidade com o seu leitor – que só assim poderiam causar o riso –, com uma carga agressiva e de crítica como característica básica, denunciando uma situação político-social (ou defendendo) ou desnudando o caráter do personagem retratado. (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 18)

Colocando a questão da relação do leitor com a imagem é preciso que este entenda os símbolos e signos presentes nela, e que também compreenda a relação imagem e texto presentes nas charges.

Por fim, não podemos nos esquecer da relação imagem-texto, ou seja, como dissemos anteriormente, muitas vezes o título, a legenda e a identificação dos personagens têm uma função política bem específica, pois não pode o leitor ter dúvidas dos fatos e dos personagens que estão sendo retratados, pois a função da imagem política é o esclarecimento conforme os interesses do editor do jornal. (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 18)

## **2. AS REVISTAS E SEUS PRINCIPAIS CARICATURISTAS**

A imprensa republicana brasileira contou com diversos jornais como o “Correio da Manhã” (1901-1964); “O Paiz” (1884-1934); “Jornal do Brasil” (1891- 1964); e revistas ou periódicos como “O Gato” (1911-1913); a “Careta” (1908-1964) e “O Malho” (1902-1930, com algumas edições em 1935 e uma especial em 1952). Dentro deste vasto acervo, bebemos das fontes imagéticas publicadas pela revista a “Careta” e “O Malho”.

A revista ilustrada “Careta” é uma rica fonte historiográfica para estudar o período que corresponde a sua existência (1908- 1964). Sua publicação era semanal e os exemplares continham em média de 40 a 52 páginas, seu preço variava de 300 a 600 réis, depois passou a ser vendida por cerca de 50 ou 60 centavos. Abrangia um público amplo e seu custeio, além das vendas, contava também com a presença de diversas propagandas. Seu conteúdo visual era amplo, contando com fotografias da sociedade



carioca, inúmeras propagandas que incluíam imagens e também o trabalho dos caricaturistas. “O Malho” perdurou por pouco tempo (1902-1930) e custava 200 réis. Ambas as revistas contavam, em grande parte, com os mesmos caricaturistas.

Entre as charges presentes no conteúdo das revistas podem-se destacar diferentes temas como: charges sobre costumes (com assuntos diversos como o casamento, a sogra, etc), charges políticas com críticas ao governo (aqui nota-se que as duas revistas eram da oposição em relação ao governo varguista, colocando sempre críticas à sua pessoa e seus atos) ou personificando os estados. É possível notar mais a presença de um tipo do que de outro de charge, conforme o contexto que não só o Brasil, mas, também, o mundo passava. No período correspondente ao Estado Novo ou a ditadura de Vargas, o número de charges políticas diminuiu devido à censura (“O Malho” chegou até mesmo a ser empastelado e sua sede incendiada em 1930), crescem, porém, as charges referentes à Segunda Guerra Mundial tendo na figura de Hitler seu principal alvo. Certos historiadores arriscam-se a dizer que algumas vezes a figura do Führer representava também a figura de Getúlio Vargas.

Quanto aos caricaturistas que produziam as charges podemos destacar três mais recorrentes: Storni, Théo e J. Carlos. É claro que estes nomes correspondem a pseudônimos utilizados pelos artistas do lápis ao assinar suas obras, sendo seus verdadeiros nomes, respectivamente: Alfredo Storni, Djalma Pires Ferreira e José Carlos de Brito e Cunha. Algumas charges não apresentam assinatura, segundo Garcia “tal ausência pode ser explicada como uma assinatura coletiva, ou seja, o grupo editorial responde pela autoria”.

### **3. A JUSTIÇA ELEITORAL**

Washington Luís, Presidente do Brasil de 1926 a 24 de outubro de 1930, fazia parte do esquema de alternâncias entre os presidentes indicados pelos estados de São Paulo ou por Minas Gerais. Como tinha sido indicado por paulistas, por sua vez, deveria indicar um mineiro, porém tal fato não ocorreu, pois indicou Julio Prestes para o cargo, outro paulista. Formou-se então a Aliança Liberal composta pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba como ação contra a indicação de Julio Prestes.

Nossos caricaturistas, entretanto já previam a suposta fraude nas eleições, tal como alegaram Getúlio Vargas e João Pessoa (vice), conforme se observa na Figura 2.



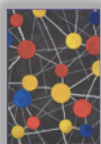


**Figura 2** - Para a Força, Careta 1930, Edição 1124, p. 27.

A eleição de Julio Prestes ocorreu em março de 1930, a imagem acima corresponde a janeiro de 1930. O título da charge é “Para a Força”, a força está acima do caldeirão dos votos de março de 1930 que ainda conteceria, quem está sendo carregada para tal força é a “Verdade Eleitoral”, seu carrasco é o “Gordo Político”. No diálogo lê-se: “Elle - Então já vaes?” “Ella - Como sempre, eu não vou; me levam...”. Em meio a política do Café-com-Leite era de se esperar que houvesse fraudes nas eleições e que a “Verdade Eleitoral” nunca chegasse a seus fins, pois sempre era levada ou induzida para algum resultado.

A Aliança Liberal contestou a votação e com o assassinato do vice de Getúlio, João Pessoa, ocorre o estopim para que haja a revolução (ou golpe) que tira Washington Luís do poder, impedindo seu sucessor eleito de assumir e instituindo o governo provisório de Vargas. É claro que os paulistas não aceitaram tal fato passivamente, organizou-se em 1932 um movimento que exigia a convocação de novas eleições e a organização de uma nova constituição. Foi criada então, em 1933, a Assembleia Nacional Constituinte, a constituição elaborada deveria substituir a de 1851. Tal Assembleia, porém, estava manipulada pelo governo que já havia escrito o anteprojeto a ser discutido. Entre as novas medidas foi incorporado o Sufrágio Universal que garantia, entre outras coisas, o voto feminino, porém não o voto de analfabetos.

Apareceram charges sobre a bióloga e feminista Bertha Lutz, que participou do comitê, bem como de outros eventos ocorridos sobre a justiça eleitoral. Vale lembrar que esta Assembleia promoveu a eleição indireta de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da república.



**Figura 3** - O Sufrágio Universal, Careta 1935, Edição 1389, p. 27 e O Malho 1935, Edição 90, p. 29 (ambas publicadas no mês de fevereiro).

Pode-se notar que a figura da “Justiça” agora é um homem, com as vestimentas de Juiz, passou de um ser mais abrangente como a Themis que representava toda a justiça para uma justiça mais específica “Justiça Eleitoral” ou “Tribunal Eleitoral”, sua ocorrência passa a ser comum, às vezes com barba ou sem. A exemplo:



**Figura 4** - Careta, representação da “Justiça”.

As charges da Figura 3 foram feitas no mesmo mês (fevereiro, 1935) pelo mesmo caricaturista - Storni. Ambas faziam referência ao mesmo assunto: a fraude eleitoral e a presença de Bertha Lutz no Comitê. Bertha, porém, não entrou no cargo da Câmara dos Deputados em 1933 ou 1934, assumiu o cargo apenas em 1936 quando faleceu o Deputado Candido Pereira.

O título da charge a esquerda é “Sufrágio Universal!”, nela o “Tribunal Eleitoral” ascende à luz sobre o livro de votação e encontra a palavra “FRAUDE!” e depois aparecem os dizeres: “Ra’o - que calamidade para o regimen! A cousa ficou tão preta que o tribunal teve que esclarecer tudo e, ao ligar o comutador do inquerito, verificou-se que fora “aberta a luz” ...

Na charge da direita, não há título específico. Ela faz parte de uma coluna de “O Malho” que se chama “Acredite se Quiser”, podemos ver a “Justiça Eleitoral” fechando as portas da Câmara de Deputados e a seguinte frase, logo abaixo: “O caso da fraude

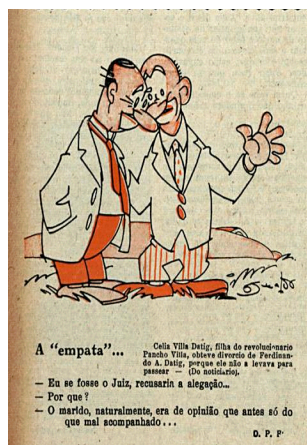


eleitoral teve o seu triste epílogo. A Justiça Eleitoral fechou a porta da Camara à Bertha! ...”.

A referência ao nome da deputada trata-se de um trocadilho, no primeiro com “a luz aberta” e no segundo com o fechar a porta “à Bertha”. O leitor do período provavelmente notaria o trocadilho facilmente por ser um assunto conhecido, hoje, porém, a poucos recursos ao historiador para pesquisar a história e influência dessa mulher.

#### 4. A JUSTIÇA POPULAR

Para além da esfera político-governamental, é possível notar caricaturas que juntamente com o texto denotam uma concepção de justiça pautada nas percepções sociais da época. Não há uma figura representativa exata da justiça, assim como foi a Themis para o período anterior, mas a ideia de justiça está presente a partir da concepção feita pelos personagens da imagem. A justiça suscita uma gama de elementos que lhe são complementares, como o júri, o advogado, o réu, as leis, os casos e julgamentos que são muitas vezes conhecidos e discutidos pelas pessoas.



**Figura 5** - A "Empata", Careta 1944, Edição 1868, p. 27.

A charge acima apresenta dois homens comuns conversando, por suas expressões corporais é possível saber que a primeira e a última fala pertencem ao senhor de calças listradas à direita, e a segunda ao indivíduo de calças laranja. No título lê-se - A “Empata” ... - empata é aquela pessoa que estorva ou trava a vida de outrem, pessoa incômoda que gera apatia. Ao lado, o autor da charge apresenta brevemente o assunto ao qual estariam comentando: “Celia Villa Datig, filha do revolucionário Pancho Villa, obteve divórcio de Ferdinando A. Datig, porque ele não a levava para passear - (Do Noticiário).” O assunto provavelmente veio a ser publicado no noticiário do qual o autor o tirou, por tratar-se da filha de conhecida figura revolucionária mexicana Pancho Villa. Segue-se então à fala dos protagonistas: “- Eu se fosse o Juiz, recusaria a alegação...” o outro “- Por que?”, e a resposta “- O marido, naturalmente, era de opinião que antes só do que mal acompanhado...”

A conversa envolve a esfera do “Poder Judiciário”, posto que fala sobre o julgamento do pedido de divórcio e denúncia. Porém, a visão machista que tinham os





personagens, reflexo da ordem social na qual viviam em que ainda nem havia divórcio legal no Brasil, vê que a mulher devia aceitar as ações do marido sem ser a “Empata”, permanecendo resignada em casa. Mostra também uma clara predominância da liberdade do homem sobre a da mulher. Como os laços do casamento davam-se muitas vezes por pressão social, visto que o marido preferiria andar “só do que mal acompanhado”, por que então continuar casado.

A charge foi assinada por Théo, ou Djalma Pires Ferreira, mas veja que o conteúdo talvez não reflita sua opinião sobre o assunto, mas sim um panorama das designações sociais da época.

As duas próximas imagens têm em comum o aspecto da decisão do “Júri Popular” sobre cada caso de julgamento. O “Júri Popular” também já foi caricaturado e transformado em uma figura personificada, ele seria um personagem homem “... de traços rudes e desdentados”.



**Figura 6** - Todo mundo diz que sofre..., Careta, 1942, Edição 1760, p. 12.

Na Figura 6 há dois senhores bem trajados com certa aparência conservadora em um ambiente comum, o da direita está com cara de aborrecido e é o dono da fala que aparece logo abaixo; o outro parece surpreso ou até mesmo culpado pela afirmação do primeiro. O título da charge “Todo mundo diz que sofre...” é na verdade o trecho de uma marchinha de Carnaval que fez sucesso em 1942:

A Mulher do Leiteiro (Aracy de Almeida)

Todo mundo diz que sofre  
Sofre, sofre neste mundo  
Mas a mulher do leiteiro sofre mais;  
Ela passa, lava e cose  
E controla a freguesia  
E ainda lava as garrafas vazias.

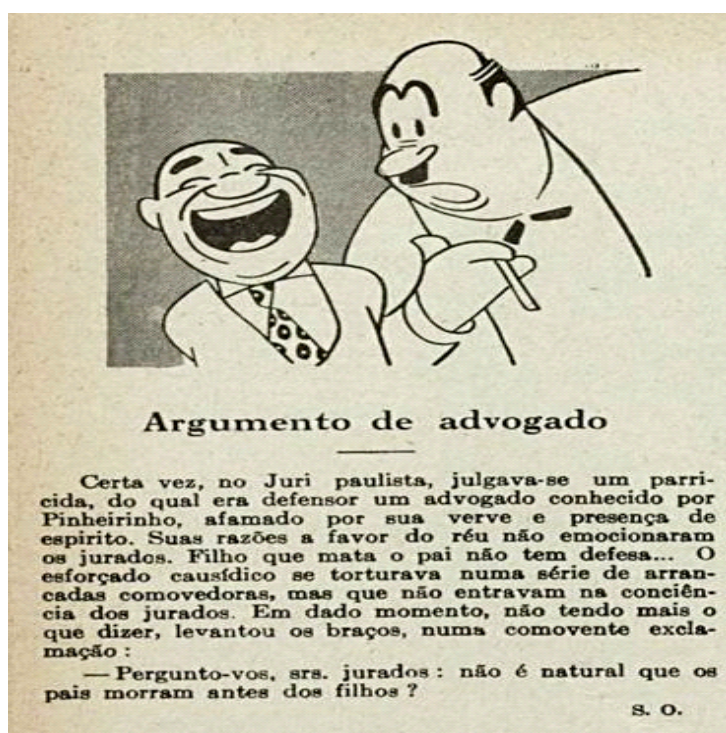
E o leiteiro, coitado!  
Não conhece feriado  
Se encontra satisfeito  
Toda noite é sereno  
E a mulher dele  
Que trabalha até demais  
Diz que tudo que ela faz  
Ainda é café pequeno.



A descrição do ocorrido “(Foi absolvida a Sra. Lama Fernandes, que matou seu marido, o leiteiro Baltasar Gouveia)” e a fala do senhor: “- Vê você? Influência do carnaval! O Juri ficou convencido de que a mulher do leiteiro sofre mais.”

A charge apresenta a crítica por si só, o “Júri Popular” (de traços rústicos e desdentados) provavelmente deixou-se influenciar pela famosa marchinha de carnaval e absorveu a ré, mulher do leiteiro.

Na próxima imagem, o “Júri” é até mesmo subestimado pelo advogado que usa de uma situação comum para tentar em última medida livrar seu réu das acusações. O título é “Argumento de advogado” e no texto lê-se: “Certa vez, no Juri paulista, julgava-se um parricida, do qual era defensor um advogado conhecido por Pinheirinho, afamado por sua verve e presença de espírito. Suas razões a favor do réu não emocionaram os jurados. Filho que mata o pai não tem defesa... o esforçado causídico se torturava numa série de arrancadas comovedoras, mas que não entravam na consciência dos jurados. Em dado momento, não tendo mais o que dizer, levantou os braços, numa comovente exclamação: - Pergunto-vos, srs. Jurados: não é natural que os pais morram antes dos filhos?”



**Figura 7** - Argumento de advogado, Careta 1945, Edição 1942, p. 28.

Não temos uma resposta se o argumento do advogado obteve o resultado que ele gostaria, muito provavelmente não, porém poderia ela crer que parte do Júri fosse realmente convencido, visto que se pautou em uma situação comum, o parricida teria apenas adiantado o processo. É de se notar, no entanto a eficácia desse Júri, seus critérios de avaliação e sua forma de julgamento, eram realmente a melhor opção na época e até nos dias atuais? Qual tipo de influência ele capta do censo comum.



## REFERÊNCIAS

GARCIA, Sheila do Nascimento. Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945) / Sheila do Nascimento Garcia. Assis, 2005.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. DOMÍNIOS DA IMAGEM, Londrina, Ano I, n. 2, p. 7 – 26, Maio 2008.

JENKINS, Keith. A História repensada. São Paulo: Contexto, 2004.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular: história e imagem/ Peter Burke; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 21.